

REQUERIMENTO (Do Sr. Fernando Gabeira)

Requer a apresentação de indicação ao Poder Executivo sugerindo ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, que o governo brasileiro condene formalmente, em todos os fóruns adequados, o assassinato do líder do Hamas na Faixa de Gaza, Sr. Abdel Aziz al Rantissi, e a política de “eliminação preventiva”, promovida pelo governo de Ariel Sharon contra lideranças palestinas.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 113, inciso I e § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo.

Sala das Sessões, em de abril de 2004.

Deputado Fernando Gabeira

INDICAÇÃO Nº , DE 2004

(Do Sr. Fernando Gabeira)

Sugere ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, que o governo brasileiro condene formalmente, em todos os fóruns adequados, o assassinato do líder do Hamas na Faixa de Gaza, Sr. Abdel Aziz al Rantissi, e a política de “eliminação preventiva”, promovida pelo governo de Ariel Sharon contra lideranças palestinas.

Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O governo Ariel Sharon vem praticando a autodenominada política de “eliminação preventiva” contra lideranças palestinas, especialmente as do Hamas, na faixa de Gaza.

Na realidade, trata-se, pura e simplesmente, de um extermínio seletivo de lideranças palestinas. O governo Ariel Sharon, inacreditavelmente, julga ter o direito de assassinar lideranças políticas de uma outra nação.

Embora o atual governo de Israel tente justificar tal política sob a alegação de que ela resulta de um recurso legítimo à autodefesa, sabe-se que a “eliminação preventiva” não tem nenhum amparo no Direito Internacional Público. Pelo contrário, essa política contraria frontalmente as convenções da ONU relativas aos direitos humanos, bem como as convenções de Genebra que tangem ao direito humanitário, aplicáveis especificamente às áreas de conflito.

Ademais, tal política fere as cláusulas do Acordo de Oslo, firmado por Israel, o qual assegurava a transição pacífica de poder nos territórios palestinos.

Mas não se trata somente da política de extermínio seletivo. Outras ações promovidas pelo governo israelense nos territórios ocupados, como a

derrubada indiscriminada de construções palestinas, a morte de muitos civis inocentes, inclusive de mulheres e crianças, o cerco militar a extensas áreas densamente povoadas, a imposição de revistas humilhantes e freqüentemente violentas, as prisões arbitrárias, o recurso à numeração de prisioneiros, a proibição da circulação de ambulâncias e do fornecimento de água e víveres, etc., configuram quadro inequívoco de graves violações dos direitos fundamentais da pessoa humana e das normas básicas do direito humanitário internacional.

Entretanto, o fato principal não é jurídico, mas político. Parece-nos evidente que a política de “eliminação preventiva” não propiciará a criação de um cenário favorável à distensão e à paz. Sem dúvida alguma, ela só fará aumentar a tensão na região, estimulando grupos radicais palestinos a ampliarem o número de ataques contra a população civil de Israel, o que é igualmente condenável. Saliente-se que o recente assassinato do Sr. Abdel Aziz al Rantissi, levou o Hamas a prometer “cem retaliações” contra Israel.

Por isto, governos de vários países do mundo condenaram a política do Sr. Ariel Sharon e propugnam pela retomada do diálogo e das negociações com única forma de assegurar um mínimo de racionalidade política às tensas relações entre palestinos e israelenses.

Pois bem, o Brasil, na condição de maior país latino-americano e defensor histórico do direito humanitário internacional, não pode omitir-se nesta grave hora. O nosso país pode e deve utilizar a sua reconhecida competência diplomática em prol da paz, dos direitos humanos e da racionalidade política.

Assim sendo, sugerimos a Vossa Excelência que o governo brasileiro condene formalmente, em todos os fóruns adequados, o assassinato do líder do Hamas na Faixa de Gaza, Sr. Abdel Aziz al Rantissi, e a política de “eliminação preventiva”, promovida pelo governo de Ariel Sharon contra lideranças palestinas.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado Fernando Gabeira